

ESCOLA DO JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA - EJURR

EXPEDIENTE DE 06/04/2021

EDITAL N.º 27/2021 - EJURR

A Desembargadora **ELAINE BIANCHI, Diretora da Escola do Poder Judiciário de Roraima - EJURR**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que será realizado pela EJURR, mediante as regras internas determinadas neste edital, o curso: **Inglês Jurídico**, para membros e servidores do TJRR, a ser ministrado pela Formadora BRUNA MARCHI.

1. DO CURSO

1.1. O curso terá início no dia 19/04/2021 e ocorrerá na plataforma de cursos a distância do Instituto Educere (www.institutoeducere.com.br/ead), com duração de 6 semanas.

1.2. O curso tem por objetivo conhecer o vocabulário e as expressões mais comuns utilizadas em inglês jurídico e desenvolver a competência para se comunicar com outros profissionais por meio do inglês jurídico.

1.3. A carga horária do curso será de 60 (sessenta) horas/aula.

2. DAS VAGAS

2.1. Não haverá limite para o quantitativo de inscritos participantes do curso para magistrados e servidores do TJRR.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições deverão ser solicitadas no endereço eletrônico **ejurr.tjrr.jus.br**, no período compreendido entre às **08h do dia 12/04 às 14h do dia 16/04/2021**.

3.2. As solicitações de inscrição pelos servidores implicarão na anuência da chefia imediata para a sua participação, sendo de inteira responsabilidade do servidor a solicitação de inscrição sem a devida anuência da chefia.

3.3. A EJURR não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação ou de congestionamento das linhas de comunicação.

3.4. A confirmação das inscrições se dará com a publicação da lista de inscritos **até o dia útil anterior a realização da ação formativa**, no sítio da EJURR (ejurr.tjrr.jus.br).

3.5. Após a publicação da lista de inscritos, o pedido de cancelamento da inscrição somente será aceito no prazo estipulado no § 2º, Art. 8º da Portaria GP 975/2015.

3.6. Findo o prazo estabelecido no item anterior, os pedidos de desistência se processarão na forma do artigo 8º, § 3.º da Portaria GP 975/2015.

3.7. A inassiduidade ou desistência injustificadas no curso implicarão na impossibilidade de participação em novos eventos da mesma natureza pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data do término da ação, nos termos do Art. 6º da Portaria 975/2015.

3.8. O servidor injustificadamente faltoso/desistente deverá ressarcir ao erário o valor do investimento proporcional à quantidade de inscritos (Art. 6º, § 2º da Portaria 975/2015).

3.9. Mais informações pelos telefones da EJURR: 3198-4156 e 3198-4157.

4. DA AVALIAÇÃO

4.1. A avaliação dos alunos se dará na perspectiva formativa do processo de ensinagem no âmbito da aprendizagem significativa. A avaliação do curso será de reação, pela percepção dos participantes em forma de respostas a perguntas fechadas, apresentadas em formulário específico para sua mensuração, onde serão considerados pontos como objetividade, organização, programa e avaliação, dentre outros.

5. DA CERTIFICAÇÃO

5.1. Serão certificados os alunos que obtiverem frequência mínima de 75 % (setenta e cinco por cento) da carga horária total do curso e aproveitamento na avaliação formativa.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria-Geral da EJURR, de acordo com as normas pertinentes.

Publique-se. Cumpra-se.

Des^a. Elaine Bianchi

Diretora da EJURR

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Módulo 1 – Inglês jurídico

- 1.1 Inglês geral e inglês jurídico
- 1.2 Legal expressions
- 1.3 Legal expressions for litigation
- 1.4 Language as a professional tool
- 1.5 Internations standards
- 1.6 Legal documents structure
- 1.7 Preparing and developing an argument
- 1.8 Legal lectures
- 1.9 Conhecimento técnico-jurídico
- 1.10 Falta de termos correspondentes
- 1.11 Erros comuns de expressões
- 1.12 Tradução literal: motion, appeal
- 1.13 Cross-cultural communication

Módulo 2 – Sistemas judiciários

- 2.1 Poder Judiciário brasileiro

- 2.2 Poder Judiciário norte-americano
- 2.3 Poder Judiciário internacional
- 2.4 Federal Court
- 2.5 State Court
- 2.6 Appeals Court
- 2.7 State Supreme Court
- 2.8 Judge
- 2.9 Justice
- 2.10 Chief Justice
- 2.11 The US court of Appeals for the Second Circuit
- 2.12 How Does the US Court System Work?
- 2.13 Comparing Federal & State Courts
- 2.14 Judicial organization

Módulo 3 – Contract Law

- 3.1 General structure of a contract
- 3.2 Contractual language
- 3.3 Drafting contracts
- 3.4 Contracts and torts
- 3.5 Contract remedies

Módulo 4 – Arbitragem Internacional

- 4.1 Meios de resolução de conflitos
- 4.2 Benefícios da arbitragem em relação a um processo judicial
- 4.3 Vocabulário adequado
- 4.4 Arbitragem internacional
- 4.5 Leis, tratados, convenções e instituições
- 4.6 Cláusula compromissória
- 4.7 Os árbitros
- 4.8 Legislação aplicável
- 4.9 Presunção de validade da sentença
- 4.10 Recusa de reconhecimento
- 4.11 Convention on the Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards
- 4.12 Convenção de Nova Iorque
- 4.13 Model Request for Arbitration

- 4.14 Arbitral Institutions for Arbitration
- 4.15 Arbitragem Comercial Internacional

Módulo 5 – Common Law

- 5.1 Common Law
- 5.2 Importância
- 5.3 Origens
- 5.4 Stare decisis
- 5.5 Comparação entre os países da common law
- 5.6 Solicitor or Barrister?
- 5.7 The Legal Profession in England
- 5.8 The University of Law UK
- 5.9 Formação do advogado americano
- 5.10 Equity
- 5.11 Precedent

Módulo 6 - Common law e civil law

- 6.1 Civil law
- 6.2 Direito romano-germânico
- 6.3 Corpus Juris Civilis
- 6.4 Código Napoleônico
- 6.5 Civil law x common law
- 6.6 Sistemas jurídicos
- 6.7 Processo
- 6.8 Desafios da tradução
- 6.9 Differences between the brazilian and U.S. Legal Systems

CURRÍCULO DO FORMADORA

Bruna Marchi: é formada em Direito, pós-graduada em Interpretação de Conferências com atuação nos Estados Unidos e Inglaterra e extensão no curso de Direito norte-americano pelo Summer Institute (Universidade Fordham, Nova Iorque).



Documento assinado eletronicamente por ELAINE CRISTINA BIANCHI, Desembargador(a), em 07/04/2021, às 14:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador 0999627 e o código CRC 500DB4D0.